



RESULTADOS EM BR GAAP

INFORME DE RESULTADOS 2013

**ÍNDICE**

ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS - BR GAAP

RESUMO DOS DADOS DO PERÍODO	03
AMBIENTE MACROECONÔMICO	04
ESTRATÉGIA	05
EVENTOS RECENTES	06
EVENTOS IMPORTANTES	07
SUMÁRIO EXECUTIVO	08
RESULTADOS DO SANTANDER BRASIL	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	09
BALANÇO PATRIMONIAL	13
CARTÕES	21
NOSSAS AÇÕES	22
RATINGS	23
GESTÃO DE RISCOS	24
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	26
INFORMAÇÕES ADICIONAIS - BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERENCIAIS	27
EVENTOS NÃO RECORRENTES NO 4º TRIMESTRE DE 2013	30
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL E DO RESULTADO GERENCIAL	31
DELIBERAÇÃO CVM 695	33



RESUMO DE DADOS DO PERÍODO

Neste trimestre, tivemos dois eventos não recorrentes, que geraram uma receita de R\$ 1.508 milhões, depois de impostos, que foram compensadas integralmente por despesas não recorrentes no mesmo montante, sem impacto no lucro líquido. Para melhor compreensão e análise do período os resultados gerenciais, apresentados neste informe, considera a exclusão desses eventos. Para maiores detalhes sobre estes eventos, consultar a página 30. A reconciliação com o resultado contábil poderá ser observada nas páginas 31 e 32.

ANÁLISE GERENCIAL ¹ - BR GAAP	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
RESULTADOS (R\$ milhões)						
Margem Financeira Bruta	29.827	32.380	-7,9%	7.211	7.521	-4,1%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	10.674	9.680	10,3%	2.847	2.614	8,9%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.720)	(13.223)	-11,4%	(2.449)	(2.698)	-9,2%
Despesas Gerais ²	(16.297)	(15.842)	2,9%	(4.313)	(4.101)	5,2%
Lucro Líquido Gerencial³	5.744	6.363	-9,7%	1.409	1.407	0,2%
Lucro Líquido Societário	2.107	2.726	-22,7%	500	497	0,5%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)						
Ativo total	485.866	448.876	8,2%	485.866	465.408	4,4%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	78.146	76.832	1,7%	78.146	71.610	9,1%
Carteira de crédito	227.482	211.959	7,3%	227.482	222.071	2,4%
Pessoa física	75.522	71.287	5,9%	75.522	73.773	2,4%
Financiamento ao consumo	37.849	36.806	2,8%	37.849	36.747	3,0%
Pequenas e médias empresas	33.712	36.487	-7,6%	33.712	34.398	-2,0%
Grandes empresas	80.400	67.379	19,3%	80.400	77.153	4,2%
Carteira de crédito ampliada ⁴	279.812	255.964	9,3%	279.812	272.790	2,6%
Captação de clientes ⁵	222.067	199.193	11,5%	222.067	209.616	5,9%
Patrimônio líquido final ⁶	53.446	50.514	5,8%	53.446	53.457	0,0%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	11,0%	12,9%	-2,0 p.p.	10,5%	10,6%	0,0 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	1,3%	1,5%	-0,2 p.p.	1,2%	1,2%	0,0 p.p.
Índice de Eficiência ⁷	47,5%	44,3%	3,3 p.p.	51,1%	48,9%	2,2 p.p.
Índice de Recorrência ⁸	65,5%	61,1%	4,4 p.p.	66,0%	63,7%	2,3 p.p.
Índice de Basiléia ⁹	19,2%	20,8%	-1,6 p.p.	19,2%	20,7%	-1,5 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)						
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	3,7%	5,5%	-1,8 p.p.	3,7%	4,5%	-0,8 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	4,6%	6,6%	-2,0 p.p.	4,6%	5,4%	-0,8 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	179,4%	125,6%	53,9 p.p.	179,4%	150,9%	28,6 p.p.
OUTROS DADOS						
Fundos ¹⁰ (R\$ milhões)	144.942	134.935	7,4%	144.942	144.244	0,5%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	53.221	48.362	10,0%	53.221	51.554	3,2%
Agências	2.313	2.407	(94)	2.313	2.372	(59)
PABs	1.253	1.381	(128)	1.253	1.289	(36)
Caixas eletrônicos	16.958	17.793	(835)	16.958	17.518	(560)
Total de Clientes (mil)	29.512	27.315	2.197	29.512	28.954	558
Total de Contas Correntes ¹¹ (mil)	21.808	20.789	1.019	21.808	21.954	(146)
Funcionários	49.621	53.992	(4.371)	49.621	50.578	(957)

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 31 e 32. Adicionalmente, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 33 deste documento.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário mais 100% da reversão da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio no 4T13 foi R\$ 909 milhões, 4T12 R\$ 909 milhões e 3T13 foi R\$ 909 milhões.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI e Letras Financeiras.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 4T13 foi R\$ 9.374 milhões, 4T12 R\$ 12.937 milhões e 3T13 foi R\$ 10.283 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais/(Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central. Não considera os eventuais impactos do Plano de Otimização da estrutura de Capital.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

11. Quantidade de contas de depósito à vista, de acordo com o BACEN.



AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do PIB no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente por crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior ao 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no 3T13 em relação a igual período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O IPCA alcançou 5,91% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,84% observado ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7%

a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$ 19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária nos EUA. A atuação do Banco Central, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	4T13	4T12	3T13
Risco país (EMBI)	233	149	248
Câmbio (R\$/ US\$ final)	2,340	2,044	2,218
IPCA (em 12 meses)	5,91%	5,84%	5,86%
Taxa Selic - Meta (a.a.)	10,00%	7,25%	9,00%
CDI ¹	2,31%	1,69%	2,12%
Ibovespa (em pontos/fechamento)	51.507	60.952	52.338

1. Taxa efetiva no trimestre.



ESTRATÉGIA

O Banco Santander Brasil, em sua missão, busca ter a preferência dos clientes sendo um banco simples e seguro, eficiente e rentável, que visa constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos. Desta forma, a estratégia do Santander está baseada nos seguintes objetivos:

- Ser o primeiro banco dos clientes intensificando o relacionamento de forma segmentada e gerando satisfação desses clientes com modelos comerciais modernos, simples e eficientes;
- Expandir os principais negócios para o Banco, crescendo a receita de forma sustentável considerando o equilíbrio entre crédito, captação e serviços;
- Manter uma gestão sustentável e eficiente de riscos e gastos;
- Promover uma intensa agenda de transformação produtiva acompanhando a transformação da indústria financeira voltada à simplicidade, produtividade e eficiência;
- Manter a disciplina na gestão do capital e na solidez financeira em cada um dos negócios.

Assim, para melhor atender às necessidades dos clientes do Banco, o Santander Brasil lançou em 2013 a Conta Santander Combinada, uma proposta que reúne conta-corrente, cartão de crédito, pacote de serviços, cheque especial e outras vantagens diferenciadas. Esta proposta tem como objetivo, por um lado, oferecer opções de produtos e serviços para atender às necessidades em diferentes momentos na vida dos nossos clientes e, por outro, aumentar a vinculação.

O Banco Santander Brasil lançou também em 2013 o segmento “Santander Select”, que é uma nova categoria de serviços financeiros, criado para oferecer um atendimento exclusivo e especializado aos clientes de alta renda.

Além dessas ações, o Santander Brasil segue incrementando sua atividade comercial. No segmento de cartões o

Santander anunciou o acordo para aquisição das operações da GetNet e firmou parceria com a iZettle, que são passos importantes para ampliar sua participação local no segmento de adquirência. No segmento de financiamento de veículos o Banco mantém acordos com a Hyundai, Renault e Nissan.

Ainda em 2013, o Santander Brasil inaugurou o novo Data Center em Campinas, maior centro de tecnologia da América Latina. No âmbito da sustentabilidade, a atuação do Santander segue pautada nos pilares da Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão, e Negócios Socioambientais. É importante mencionar, também, a atuação do Santander no Microcrédito, cujo objetivo é beneficiar pequenos empreendedores que não tem acesso às linhas de crédito convencionais. O programa de microcrédito do Santander já é o maior entre os bancos privados do país. Em 2013, o Santander Brasil foi eleito o banco mais sustentável das Américas pelo jornal Financial Times em parceria com o IFC (International Finance Corporation).

Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez, cobertura e capital. Ao final de setembro, o Santander anunciou ao mercado um plano de otimização de sua estrutura de capital, visando torná-la mais eficiente. Após a conclusão deste plano, o Santander Brasil deverá manter a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil, atendendo não somente às exigências legais atuais, como também às que estão previstas por Basileia III (para maiores detalhes sobre o plano de otimização de capital, consultar a página 07 deste informe de resultados).



EVENTOS RECENTES

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENQUADRAMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE *FREE FLOAT*.

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013 foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 08 de outubro de 2013 a BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros deferiu os pleitos do Santander Brasil e de seus acionistas controladores para (i) prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação (“free float”), até o dia 07 de outubro de 2014; e (ii) redução do free float atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações (“Units”) ou American Depositary Receipts (“ADRs”); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander, S.A., ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão da Companhia. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Santander Brasil de atingir um free float de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 1º de novembro de 2013 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foram deliberados os seguintes temas: (i) proposta de redução do capital social da Companhia, sem redução do número de ações, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, com a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social; (ii) proposta de alteração do inciso XIII do artigo 17 do estatuto social da Companhia; e (iii) aprovar (a) a condução do Sr. Celso Clemente Giacometti ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) a condução do Sr. Jesús Maria Zabalza Lotina ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e (c) confirmar a composição do Conselho de Administração da Companhia.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE REINVESTIMENTO DE DIVIDENDOS (PRD)

No dia 1º de novembro de 2013, foi publicado Aviso aos Acionistas a respeito da implantação do Programa de Reinvestimento de Dividendos (PRD), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no âmbito do Processo SP 2013/0207. O Programa tem por objetivo proporcionar aos acionistas uma alternativa para o reinvestimento sistemático e organizado de seus dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em ações do Santander

Brasil. O Programa será voltado às pessoas físicas que sejam acionistas escriturais e correntistas do Santander Brasil.

Os acionistas aderentes ao Programa deverão observar integralmente o disposto nos artigos 11 e 12 da Instrução CVM nº 358/02 e celebrar as “Condições Gerais para o Reinvestimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio” e o “Termo de Adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio”, que detalham todas as condições do Programa, documentos estes que se encontram disponíveis aos acionistas, no Portal do Acionista www.santander.com.br/acionistas - Home > Serviços aos Acionistas > PRD.

EXERCÍCIO DE DIREITO DE PERMUTA PELA QATAR HOLDING LUXEMBOURG II S.À R.L.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que, em 29.10.2013, a Qatar Holding Luxembourg II S.À R.L. (“QHL”) exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2.718.800.000,00, adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28.10.2010, celebrado entre Banco Santander, S.A. (“Santander Espanha”), como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7.11.2013, Qatar Holding LLC recebeu do Santander Espanha 190.030.195 ADS de emissão do Santander Brasil. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADS de emissão do Santander Brasil detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding LLC até 7.11.2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADS do Santander Brasil, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais da Companhia.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do free float do Banco Santander.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS INTERCALARES E INTERMEDIÁRIOS

No dia 30 de dezembro de 2013 os acionistas e o mercado foram informados sobre a aprovação, pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia, da proposta de distribuição de Dividendos Intercalares e Intercalares da Companhia, no montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), a serem pagos aos acionistas a partir de 26 de fevereiro de 2014.



CONCLUSÃO DA OPERAÇÃO DE ALIENAÇÃO DA TOTALIDADE DAS AÇÕES DA SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

No dia 17 de dezembro de 2013 foi publicado Comunicado ao Mercado, para informar que em referida data foi concluída a operação de venda, pelo Santander Brasil, de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, com a alienação da totalidade das ações da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela DTVM, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”). A transferência da atividade de gestão de recursos ocorreu ao longo do trimestre. A operação foi concluída pelo valor de R\$ 2.243 milhões, que após deduzidos os custos, gerou um ganho depois de impostos de R\$ 1.205 milhões. O Banco Santander Brasil permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

Esta operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander S.A. e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic.

PLANO DE OTIMIZAÇÃO DE CAPITAL

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o conselho de administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander (“Plano de Otimização do PR”). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR conta com os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6,0 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão, no exterior, de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

RESTITUIÇÃO DE RECURSOS¹

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). De acordo com comunicado divulgado ao mercado no dia 07 de janeiro¹ de 2014 tinham direito à Restituição de Recursos todos os detentores de ações ou Units da Companhia na data base de 14 de janeiro

de 2014, inclusive, sendo que as ações e Units da Companhia passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos a partir de 15 de janeiro de 2014. O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

EMIÇÃO DE NOTES²

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$ 6,0 bilhões. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizadas pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1,248 bilhão³, equivalente a R\$3,0 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível I serão perpétuas; (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1,248 bilhão³, equivalente a R\$ 3,0 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível II terão vencimento em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014. As Notes possuem as seguintes principais características comuns: (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150 mil e em múltiplos integrais de US\$1,00 no que exceder tal valor mínimo; (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander (1) após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, por iniciativa própria do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou (2) a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios; (c) Os créditos oriundos das Notes poderão ser conferidos como integralização de aumento de capital social do Banco com a consequente emissão de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, na proporção necessária para compor Units, caso determinados eventos regulatórios definidos na Resolução CMN 4.192/13 sejam verificados, situação na qual o Banco promoverá um aumento do capital social, observado o direito de preferência a todos os acionistas na subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais.

O Banco Santander solicitará aprovação do Bacen para que as Notes passem a compor o Nível I e Nível II do patrimônio de referência.

BONIFICAÇÃO E GRUPAMENTO DE AÇÕES

Estima-se que o último passo do Plano de Otimização do PR - a bonificação de ações e ajuste na composição das Units e grupamento de ações - deverá ser levado à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014.

1. Para maiores detalhes consultar o “Aviso aos Acionistas” de 07 de janeiro de 2014.

2. Para maiores detalhes consultar o “Aviso aos Acionistas” de 14 de janeiro de 2014.

3. Valores convertidos à cotação divulgada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2014 de R\$2,4044 para US\$1,00.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O lucro líquido gerencial¹ do Santander totalizou R\$ 5.744 milhões em 2013, com redução de 9,7% no acumulado em doze meses e aumento de 0,2% no trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$ 53.446 milhões em dezembro de 2013, excluindo R\$ 9.374 milhões referentes ao saldo de ágio. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) ajustado pelo ágio atingiu 11,0% no acumulado de 2013, redução de 2,0p.p. em doze meses. No trimestre, o ROAE alcançou 10,5%.

No quarto trimestre de 2013, tivemos dois eventos não recorrentes, que geraram uma receita de R\$ 1.508 milhões, depois de impostos, sendo R\$ 1.205 milhões referente à conclusão da operação de venda da Santander Brasil Asset Management, contabilizado na linha de resultado não operacional, e R\$ 303 milhões referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários², contabilizado na linha de outras receitas operacionais. Estas receitas foram compensadas por despesas não recorrentes no mesmo montante³.

As despesas gerais somaram R\$ 16.297 milhões no acumulado de 2013, alta de 2,9% em doze meses (ou R\$ 454 milhões), o que representa uma evolução inferior à inflação do período. No trimestre os gastos cresceram 5,2%, sendo explicado, em parte, por maiores despesas com pessoal, em razão do acordo coletivo anual. O índice de eficiência atingiu 47,5% no acumulado de 2013 e 51,1% no trimestre.

- **Indicadores de Solidez:** o índice de Basileia alcançou 19,2%, em dezembro de 2013, com redução de 1,6 p.p. em doze meses e 1,5 p.p. no trimestre. O índice de cobertura (acima de 90 dias) atingiu 179,4% em dezembro de 2013, com aumento de 53,9p.p. em doze meses e 28,6p.p. no trimestre, em razão da melhora observada na qualidade da carteira.

A carteira de crédito total somou R\$ 227.482 milhões em dezembro de 2013, com crescimento de 7,3% em doze meses e 2,4% no trimestre. Nos dois períodos de comparação, a depreciação do Real frente ao Dólar, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar, levando ao aumento desta carteira. Desconsiderando o efeito da

variação cambial o crescimento da carteira total, em doze meses seria 5,7% e no trimestre 1,9%.

A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de aquisição e avais e fianças, somou R\$ 279.812 milhões ao final de dezembro de 2013, com crescimento de 9,3% em doze meses e 2,6% no trimestre.

O crédito à pessoa física totalizou em dezembro de 2013 R\$ 75.522 milhões, alta de 5,9% em doze meses e 2,4% no trimestre. Os produtos que explicaram o aumento da carteira, nos dois períodos de comparação, foram o crédito imobiliário e cartões.

A carteira de financiamento ao consumo totalizou R\$ 37.849 milhões em dezembro de 2013, com alta de 2,8% em doze meses e 3,0% no trimestre.

A carteira de pequenas e médias empresas totalizou R\$ 33.712 milhões em dezembro de 2013, queda de 7,6% em doze meses e 2,0% no trimestre. A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 80.400 milhões em dezembro, com crescimento de 19,3% em doze meses e 4,2% no trimestre. A evolução dessa carteira, em doze e três meses, foi positivamente impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, o crescimento em doze meses seria de 14,2% e no trimestre 2,5%.

O total de captações e fundos⁴ atingiu R\$ 388.218 milhões, em dezembro de 2013, com crescimento de 10,1% em relação ao mesmo período de 2012 e 4,1% no trimestre.

1. Lucro líquido Societário + reversão de 100% da despesa de amortização do ágio;

2. Instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Refis).

3. Para maiores detalhes, consultar a página 30 "Eventos não recorrentes no 4º trimestre de 2013".

4. De acordo com o critério ANBIMA.



ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS

A seguir apresentamos a análise dos resultados gerenciais. A reconciliação com o resultado contábil poderá ser observada nas páginas 31 e 32.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL ¹ (R\$ Milhões)	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Margem Financeira Bruta	29.827	32.380	-7,9%	7.211	7.521	-4,1%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.720)	(13.223)	-11,4%	(2.449)	(2.698)	-9,2%
Margem Financeira Líquida	18.107	19.158	-5,5%	4.762	4.822	-1,3%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	10.674	9.680	10,3%	2.847	2.614	8,9%
Despesas Gerais	(16.297)	(15.842)	2,9%	(4.313)	(4.101)	5,2%
Despesas de Pessoal+PLR	(7.241)	(7.299)	-0,8%	(1.947)	(1.807)	7,7%
Outras Despesas Administrativas ²	(9.055)	(8.544)	6,0%	(2.367)	(2.294)	3,2%
Despesas Tributárias	(3.124)	(3.138)	-0,4%	(785)	(812)	-3,3%
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	20	1	n.a.	(2)	17	n.a.
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(3.109)	(3.143)	-1,1%	(829)	(945)	-12,3%
Resultado Operacional	6.272	6.716	-6,6%	1.679	1.595	5,3%
Resultado não operacional	238	70	n.a.	28	10	175,0%
Resultado antes de Impostos	6.510	6.785	-4,1%	1.707	1.605	6,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(518)	(296)	74,7%	(236)	(151)	55,9%
Participações dos Acionistas Minoritários	(248)	(126)	96,3%	(62)	(48)	30,8%
Lucro Líquido do Período	5.744	6.363	-9,7%	1.409	1.407	0,2%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 31 e 32. Adicionalmente, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 33.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira bruta, incluindo resultado de operações financeiras, atingiu R\$ 29.827 milhões no acumulado de 2013, queda de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior e 4,1% no trimestre.

As receitas oriundas das operações de crédito apresentaram queda de 8,5% (ou R\$ 2.101 milhões) em doze meses. No mesmo período, o volume médio da carteira de crédito cresceu 6,3%. A queda das receitas observada em doze meses continua refletindo a redução do spread médio da carteira, que está associada, principalmente, à mudança de *mix*, onde a participação dos produtos de menores spreads/ riscos vem mostrando crescimento no portfólio de crédito. No trimestre,

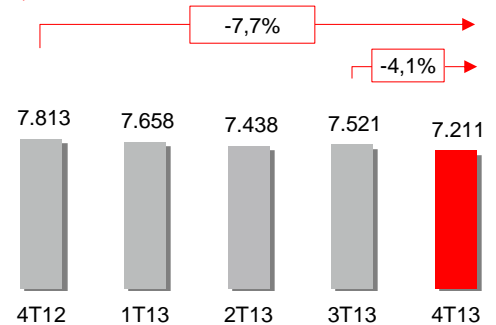
as receitas das operações de crédito já sinalizam pequena recuperação com crescimento de 0,8%. Esta evolução pode ser explicada, principalmente, pelo aumento do volume médio da carteira de crédito. Adicionalmente, cabe destacar que a queda de 10bps do spread de crédito no quarto trimestre de 2013 foi inferior à média de -50bps dos cinco trimestres anteriores.

Pelo terceiro trimestre consecutivo a melhora associada à qualidade da carteira de crédito, continua favorecendo a evolução da margem de crédito líquida do resultado de PDD, que no 4T13 mostrou crescimento de 10,2%.

As receitas de depósitos apresentaram queda de 0,8% em doze meses e aumento de 15,5% no trimestre. O aumento no trimestre é decorrente, principalmente, da elevação da taxa de juros (Selic) no período.

A linha de "Outros", que considera remuneração do capital, resultado do gap estrutural de taxa de juros do balanço, receitas com clientes em atividades de tesouraria entre outros, apresentou queda de 6,6% em doze meses (ou R\$ 445 milhões) e 22,3% no trimestre, em razão, principalmente, de menores ganhos de atividades com o mercado.

Margem Financeira Bruta
R\$ milhões





MARGEM FINANCEIRA BRUTA (R\$ Milhões)	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Margem Financeira Bruta	29.827	32.380	-7,9%	7.211	7.521	-4,1%
Créditos	22.704	24.805	-8,5%	5.605	5.563	0,8%
Volume médio	215.350	202.632	6,3%	222.216	217.976	1,9%
Spread (a.a.)	10,5%	12,2%	-1,70 p.p.	10,0%	10,1%	-0,12 p.p.
Depósitos	843	850	-0,8%	258	223	15,5%
Volume médio	123.116	119.691	2,9%	127.416	125.195	1,8%
Spread (a.a.)	0,7%	0,7%	-0,03 p.p.	0,8%	0,7%	0,10 p.p.
Outros¹	6.280	6.726	-6,6%	1.348	1.734	-22,3%

1. Inclui outras margens e Resultado de Operações Financeiras.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$ 10.674 milhões no acumulado de 2013, alta de 10,3% em doze meses (ou R\$ 994 milhões) e 8,9% no trimestre. No trimestre o aumento das comissões decorreu, principalmente, por maiores comissões com seguros e cartões.

As comissões com cartões totalizaram R\$ 3.182 milhões no acumulado de 2013, crescimento de 19,6% em doze meses (ou R\$ 522 milhões) e 10,8% no trimestre, em razão, principalmente, do aumento no volume transacionado, reflexo da sazonalidade do período, e por maiores receitas com serviços de aquisição.

As comissões com seguros somaram R\$ 1.819 milhões no acumulado de 2013, alta de 24,5% em doze meses (ou R\$ 358 milhões) e 38,0% no trimestre. As variações em ambos os períodos estão impactadas pela regulamentação da Susep*, de março de 2013, que alterou a regra para reconhecimento das apólices emitidas e não vigentes, que passaram a ser registradas pela data da emissão e não mais pela vigência. Com esta alteração, as renovações das apólices, que têm grande concentração no início do ano, passaram a ser reconhecidas no mês de dezembro de 2013. Desta forma, se excluíssemos este efeito, as comissões com seguros cresceriam 15,7% em doze meses e 4,0% no trimestre, e as comissões totais cresceriam 8,9% em doze meses e 4,0% no trimestre.

As comissões com serviços de conta corrente somaram R\$ 1.803 milhões no acumulado de 2013, crescimento de 11,8% em doze meses (ou R\$ 190 milhões) e 1,5% no trimestre.

As comissões com operações de crédito e garantias prestadas totalizaram R\$ 1.182 milhões, queda de 8,1% em doze meses (ou R\$ 104 milhões) e aumento de 4,9% no trimestre.

As comissões com cobrança e arrecadação totalizaram R\$ 810 milhões, crescimento de 12,5% em doze meses (ou R\$ 90 milhões) e 6,7% no trimestre. A evolução no trimestre é explicada, principalmente, pelo aumento no volume de títulos liquidados, resultado, em parte, da sazonalidade do período e da maior penetração do produto em nossa base de clientes.

Adicionalmente, cabe mencionar que a redução observada na linha de Receitas de Administração de Fundos, Consórcios e Bens, de -7,7% em doze meses e -18,7% no trimestre, reflete a descontinuidade das operações da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme mencionamos na página 7. Se desconsiderássemos este evento, esta linha cresceria 0,6% no trimestre e mostraria redução de 2,3% em doze meses.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS (R\$ Milhões)	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Cartões ¹	3.182	2.660	19,6%	884	798	10,8%
Comissões de Seguros	1.819	1.461	24,5%	524	379	38,0%
Serviços de Conta Corrente	1.803	1.612	11,8%	471	464	1,5%
Receitas de Administração de Fundos, Consórcios e Bens	1.172	1.269	-7,7%	261	321	-18,7%
Operações de Crédito e Garantias Prestadas ²	1.182	1.286	-8,1%	309	295	4,9%
Cobrança e Arrecadações	810	721	12,5%	220	206	6,7%
Serviços de Corretagem, Custódia, Colocação de Títulos	448	416	7,8%	94	97	-2,5%
Outras	259	256	1,0%	84	54	54,6%
Total	10.674	9.680	10,3%	2.847	2.614	8,9%

1. Inclui comissões com serviços de aquisição líquidas dos valores repassados a título de intercâmbio.

2. A partir do 4T13 reclassificamos as rendas de garantias prestadas de "outras" comissões para "operações de crédito". Para melhor comparabilidade, esta reclassificação também está refletida nos períodos anteriores.

*Circular nº464 de 1º de março de 2013.



DESPESAS GERAIS (ADMINISTRATIVAS + PESSOAL)

As despesas administrativas e de pessoal, excluindo depreciação e amortização, somaram R\$ 14.565 milhões no acumulado de 2013, alta de 2,9% em doze meses (ou R\$ 413 milhões) e 5,3% no trimestre.

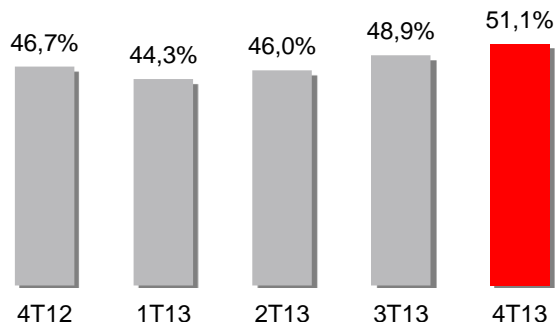
As despesas com pessoal, incluindo PLR, somaram R\$ 7.241 milhões no acumulado de 2013, registrando queda de 0,8% em doze meses (ou R\$ 57 milhões). No trimestre, o aumento de 7,7% decorreu, principalmente, de maiores despesas com remuneração, encargos e benefícios, em razão do acordo coletivo anual.

As despesas administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 7.324 milhões no acumulado de 2013, alta de 6,9% em doze meses (ou R\$ 471 milhões), em razão de maiores despesas com “serviços técnicos, especializados e de terceiros”, “aluguéis” e “processamento de dados”. No trimestre, as despesas administrativas apresentaram alta de 2,9%, sendo explicada por maiores despesas com “propaganda, promoção e publicidade”.

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 1.732 milhões no acumulado de 2013, com alta de 2,4% em doze meses (ou R\$ 41 milhões) e 4,4% no trimestre.

As despesas gerais, incluindo depreciação e amortização, apresentaram crescimento de 2,9% (ou R\$ 454 milhões) em doze meses e 5,2% no trimestre. O índice de eficiência atingiu 47,5% no acumulado de 2013, e 51,1% no trimestre.

Índice de Eficiência %



ABERTURA DE DESPESAS (R\$ Milhões)

	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Serviços técnicos especializados e de terceiros	2.339	2.135	9,6%	624	615	1,5%
Propaganda, promoções e publicidade	440	475	-7,4%	161	104	55,4%
Processamento de dados	1.294	1.223	5,8%	327	336	-2,6%
Comunicações	612	613	-0,3%	151	152	-0,7%
Aluguéis	742	617	20,1%	192	191	0,5%
Transporte e viagens	217	209	3,8%	63	51	21,6%
Segurança e vigilância	593	560	5,9%	150	164	-8,2%
Manutenção e conservação de bens	201	193	3,9%	51	55	-7,8%
Serviços do Sistema Financeiro	352	280	25,6%	99	91	8,7%
Água, Energia e Gás	163	173	-5,9%	42	39	8,2%
Material	100	107	-6,4%	23	27	-14,5%
Outras	272	266	2,0%	71	73	-3,5%
Subtotal	7.324	6.853	6,9%	1.953	1.898	2,9%
Depreciação e amortização ¹	1.732	1.691	2,4%	413	396	4,4%
Total Despesas Administrativas	9.055	8.544	6,0%	2.367	2.294	3,2%
Remuneração ²	4.579	4.661	-1,7%	1.205	1.160	3,9%
Encargos	1.342	1.399	-4,1%	374	318	17,5%
Benefícios	1.161	1.080	7,5%	305	289	5,5%
Treinamento	139	141	-1,1%	56	34	62,2%
Outras	19	18	8,6%	6	5	22,0%
Total Despesas com Pessoal	7.241	7.299	-0,8%	1.947	1.807	7,7%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS + DESPESAS DE PESSOAL (exclui deprec. / amortização)	14.565	14.152	2,9%	3.900	3.705	5,3%
TOTAL DESPESAS GERAIS	16.297	15.842	2,9%	4.313	4.101	5,2%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, que no 4T13 foi de R\$ 909 milhões, 4T12 foi de R\$ 909 milhões, 3T13 foi de R\$ 909 milhões.

2. Inclui participação no Lucro



PROVISÕES DE CRÉDITO

O resultado de créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 11.720 milhões, com queda de 11,4% em doze meses e 9,2% no trimestre. A redução, em ambos os períodos, decorre, principalmente, da melhora associada ao quadro de inadimplência, além do aumento na recuperação de crédito.

RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (R\$ Milhões)	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.227)	(14.991)	-5,1%	(3.327)	(3.534)	-5,9%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.507	1.769	41,8%	878	836	5,1%
Resultado de Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.720)	(13.223)	-11,4%	(2.449)	(2.698)	-9,2%

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais somaram R\$ 3.108 milhões no acumulado de 2013, com redução de 1,1% em doze meses (ou R\$ 35 milhões) e 12,3% no trimestre.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ Milhões)	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.108)	(3.143)	-1,1%	(829)	(945)	-12,3%
Despesa com comercialização de cartões	(1.538)	(1.291)	19,1%	(418)	(421)	-0,8%
Receita Líquida de Rendimentos de Capitalização	269	308	-12,6%	63	66	-5,0%
Provisões para contingências ¹	(1.643)	(1.807)	-9,1%	(454)	(564)	-19,5%
Outras	(196)	(353)	-44,5%	(20)	(26)	-24,7%

1. Inclui provisões fiscais, cíveis e trabalhista.

IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O total de impostos somou R\$ 518 milhões no acumulado de 2013, atingindo uma alíquota efetiva de 8,0% nesse período, o que representa um aumento de 3,6p.p. em doze meses. No trimestre, a alíquota apresentou elevação de 4,4 p.p., atingindo 13,8%.

BALANÇO PATRIMONIAL

Os ativos totais registraram saldo de R\$ 485.866 milhões em dezembro de 2013, alta de 8,2% em doze meses e 4,4% no trimestre. O patrimônio líquido, totalizou no mesmo período, R\$ 62.819 milhões. Excluindo o saldo de ágio, o patrimônio líquido somou R\$ 53.446 milhões.

ATIVO (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Var.	Set/13	Var.
			Dez13xDez12		Dez13xSet13
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	465.777	426.016	9,3%	444.978	4,7%
Disponibilidades	5.486	4.742	15,7%	5.906	-7,1%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.655	36.771	29,6%	44.776	6,4%
Aplicações no Mercado Aberto	32.457	21.354	52,0%	32.367	0,3%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.480	4.616	-46,3%	2.638	-6,0%
Aplicações em Moedas Estrangeiras	12.718	10.801	17,7%	9.770	30,2%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	78.146	76.832	1,7%	71.610	9,1%
Carteira Própria	35.923	37.869	-5,1%	38.776	-7,4%
Vinculados a Compromissos de Recompra	20.962	20.225	3,6%	13.578	54,4%
Vinculados ao Banco Central	4.603	1.487	209,5%	3.189	44,3%
Vinculados à Prestação de Garantias	9.394	12.417	-24,3%	9.744	-3,6%
Outros	7.264	4.834	50,3%	6.322	14,9%
Relações Interfinanceiras	35.833	34.517	3,8%	38.298	-6,4%
Relações Interdependências	1	2	n.a.	1	n.a.
Carteira de Crédito	212.508	197.370	7,7%	207.112	2,6%
Carteira de Crédito	227.482	211.959	7,3%	222.071	2,4%
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	25 (14.999)	- (14.589)	n.a. 2,8%	31 (14.990)	n.a. 0,1%
Outros Créditos	84.339	74.166	13,7%	75.500	11,7%
Outros Valores e Bens	1.809	1.617	11,9%	1.775	1,9%
Permanente	20.088	22.860	-12,1%	20.430	-1,7%
Investimentos Temporários	137	40	n.a.	122	12,8%
Imobilizado de Uso	6.807	5.602	21,5%	6.125	11,1%
Intangível	13.144	17.218	-23,7%	14.183	-7,3%
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.245	26.172	0,3%	26.245	0,0%
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.062 (20.162)	7.117 (16.072)	-0,8% 25,5%	7.109 (19.171)	-0,7% 5,2%
Total do Ativo	485.866	448.876	8,2%	465.408	4,4%
Ágio líquido de amortização	9.374	12.937	-27,5%	10.283	-8,8%
Ativo (excluindo o ágio)	476.492	435.938	9,3%	455.125	4,7%



PASSIVO (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Var.	Set/13	Var.
			Dez13xDez12		Dez13xSet13
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	421.751	384.373	9,7%	400.424	5,3%
Depósitos	134.213	126.545	6,1%	130.433	2,9%
Depósitos à Vista	15.605	13.457	16,0%	14.420	8,2%
Depósitos de Poupança	33.589	26.857	25,1%	31.259	7,5%
Depósitos Interfinanceiros	3.920	3.392	15,5%	3.755	4,4%
Depósitos a Prazo	81.100	82.839	-2,1%	80.999	0,1%
Captações no Mercado Aberto	78.462	72.529	8,2%	77.794	0,9%
Carteira Própria	61.711	56.655	8,9%	54.905	12,4%
Carteira de Terceiros	8.972	7.344	22,2%	12.450	-27,9%
Carteira de Livre Movimentação	7.779	8.530	-8,8%	10.440	-25,5%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	69.061	56.294	22,7%	63.758	8,3%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	49.615	39.742	24,8%	44.668	11,1%
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	18.170	15.298	18,8%	17.741	2,4%
Outras	1.276	1.253	1,8%	1.349	-5,4%
Relações Interfinanceiras	64	19	244,0%	2.428	n.a.
Relações Interdependências	2.771	2.002	38,4%	1.344	106,2%
Obrigações por Empréstimos	17.975	16.001	12,3%	17.460	3,0%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	11.757	9.385	25,3%	10.465	12,3%
Obrigações por Repasses do Exterior	19	41	-52,9%	19	-1,1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.865	5.205	12,7%	5.505	6,5%
Outras Obrigações	101.563	96.353	5,4%	91.218	11,3%
Resultados de Exercícios Futuros	308	222	38,8%	298	3,4%
Participação dos Acionistas Minoritários	987	829	19,1%	947	4,3%
Patrimônio Líquido	62.819	63.452	-1,0%	63.740	-1,4%
Total do Passivo	485.866	448.876	8,2%	465.408	4,4%
Patrimônio Líquido (excluindo o ágio)	53.446	50.514	5,8%	53.457	0,0%

Obs.: Os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 33 deste documento.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O total de títulos e valores mobiliários somou R\$ 78.146 milhões em dezembro de 2013, crescimento de 1,7% em doze meses e 9,1% no trimestre.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Var.	Set/13	Var.
			Dez13xDez12		Dez13xSet13
Títulos Públicos	51.743	56.573	-8,5%	46.090	12,3%
Títulos Privados	19.142	15.428	24,1%	19.201	-0,3%
Instrumentos Financeiros	7.261	4.831	50,3%	6.320	14,9%
Total	78.146	76.832	1,7%	71.610	9,1%

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito total somou R\$ 227.482 milhões, ao final de dezembro de 2013, com crescimento de 7,3% em doze meses e 2,4% no trimestre. A depreciação do Real frente ao Dólar, em doze e três meses, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar, levando ao aumento desta carteira. Desconsiderando o efeito da variação cambial, o crescimento da carteira total, seria 5,7% em doze meses e 1,9% no trimestre.

O saldo da carteira em moeda estrangeira, incluindo as operações indexadas em Dólar, totalizou R\$ 26,9 bilhões em dezembro de 2013, aumento de 17,0% em relação ao saldo de R\$ 23,1 bilhões em dezembro de 2012 e redução de 0,1% em relação ao saldo de R\$ 27,0 bilhões de setembro de 2013.

A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de aquisição e avais e fianças, somou R\$ 279.812 milhões ao final de dezembro de 2013, com crescimento de 9,3% em doze meses e 2,6% no trimestre.

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)

	Dez/13	Dez/12	Var. Dez13xDez12	Set/13	Var. Dez13xSet13
Pessoa física	75.522	71.287	5,9%	73.773	2,4%
Financiamento ao consumo	37.849	36.806	2,8%	36.747	3,0%
Pequenas e Médias empresas	33.712	36.487	-7,6%	34.398	-2,0%
Grandes Empresas	80.400	67.379	19,3%	77.153	4,2%
Total da Carteira	227.482	211.959	7,3%	222.071	2,4%
Outras operações com riscos de crédito ¹	52.330	44.005	18,9%	50.720	3,2%
Total Carteira Ampliada	279.812	255.964	9,3%	272.790	2,6%

1. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças

CRÉDITO PESSOA FÍSICA

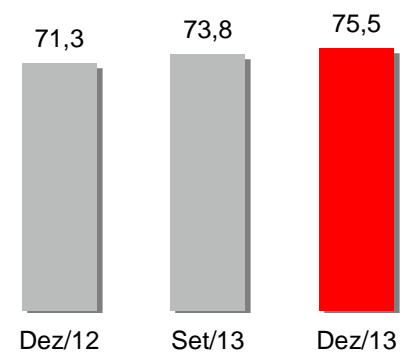
O crédito à pessoa física totalizou R\$ 75.522 milhões, em dezembro de 2013, alta de 5,9% (ou R\$ 4.234 milhões) em doze meses e 2,4% no trimestre. Os produtos que explicaram o aumento da carteira, nos dois períodos de comparação, foram o crédito imobiliário e cartões.

A carteira de cartões totalizou R\$ 17.221 milhões, alta de 6,5% em doze meses (ou R\$ 1.046 milhões) e 10,6% no trimestre, em razão, principalmente, da sazonalidade do período.

O saldo do crédito imobiliário alcançou R\$ 15.702 milhões em dezembro de 2013, alta de 32,9% em doze meses (ou R\$ 3.890 milhões) e 9,0% no trimestre.

O volume da carteira de consignado, excluindo o montante de carteira adquirida, somou R\$ 13.058 milhões, com redução de 3,6% em doze meses (ou R\$ 490 milhões) e 4,9% no trimestre. Cabe destacar que a evolução desta carteira reflete a readequação de processos e estratégia do produto.

Pessoa Física R\$ bilhões



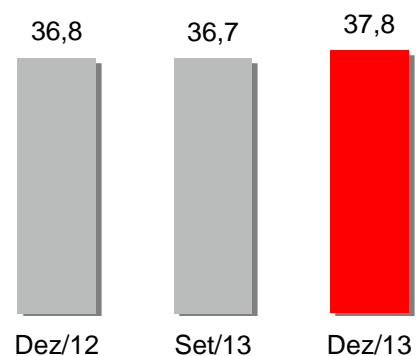


FINANCIAMENTO AO CONSUMO

A carteira de financiamento ao consumo, que é originada fora da rede de agências, totalizou R\$ 37.849 milhões em dezembro de 2013, com alta de 2,8% em doze meses (ou R\$ 1.043 milhões) e 3,0% no trimestre. Do total desta carteira, R\$ 30.539 milhões refere-se a financiamentos de veículos para pessoa física.

Portanto, considerando a carteira total de veículos para pessoa física, que inclui as operações realizadas através de correspondentes bancários (financeira) e pela rede de agências, o crescimento seria de 3,0% em doze meses e 1,8% no trimestre, totalizando R\$ 33.732 milhões em dezembro de 2013.

Financiamento ao Consumo
R\$ bilhões



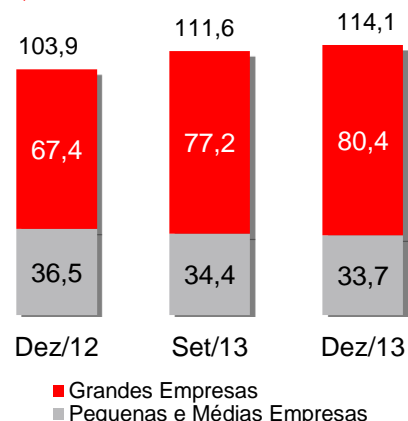
CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

O crédito concedido à pessoa jurídica, somou R\$ 114.111 milhões em dezembro de 2013, com alta de 9,9% em doze meses (ou R\$ 10.246 milhões) e 2,3% no trimestre.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 80.400 milhões, com crescimento de 19,3% em doze meses (ou R\$ 13.021) e 4,2% no trimestre. A evolução dessa carteira, em doze e três meses, foi positivamente impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, o crescimento seria de 14,2% em doze meses e 2,5% no trimestre.

O volume de crédito destinado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas somou R\$ 33.712 milhões em dezembro de 2013, queda de 7,6% em doze meses (ou R\$ 2.775 milhões) e 2,0% no trimestre. A redução no ritmo de crescimento desta carteira reflete a dinâmica mais moderada na atividade econômica ao longo de 2013, além de maiores esforços visando priorizar a rentabilidade desse negócio. O banco mantém foco neste segmento e continua trabalhando em soluções que o permitam crescer com qualidade.

Pessoa Jurídica
R\$ bilhões





CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA POR PRODUTO

ABERTURA GERENCIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR PRODUTOS (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Var.	Set/13	Var.
			Dez13xDez12		Dez13xSet13
Pessoa Física					
Leasing / Veículos ¹	3.193	2.744	16,3%	3.099	3,0%
Cartão de Crédito	17.221	16.174	6,5%	15.577	10,6%
Consignado ²	13.719	14.772	-7,1%	14.432	-4,9%
Carteira própria	13.058	13.548	-3,6%	13.733	-4,9%
Carteira adquirida	661	1.224	-46,0%	699	-5,4%
Crédito Imobiliário	15.702	11.812	32,9%	14.400	9,0%
Crédito Rural	2.740	2.163	26,7%	2.841	-3,5%
Crédito Pessoal/Outros	22.948	23.621	-2,9%	23.425	-2,0%
Total Pessoa Física	75.522	71.287	5,9%	73.773	2,4%
Financiamento ao consumo	37.849	36.806	2,8%	36.747	3,0%
Pessoa Jurídica					
Leasing / Veículos	3.337	3.508	-4,9%	3.500	-4,7%
Crédito Imobiliário	9.497	7.789	21,9%	9.108	4,3%
Comércio Exterior	17.102	15.948	7,2%	18.827	-9,2%
Repasses	9.944	7.811	27,3%	8.985	10,7%
Crédito Rural	2.290	2.221	3,1%	2.208	3,7%
Capital de Giro/Outros	71.942	66.588	8,0%	68.923	4,4%
Total Pessoa Jurídica	114.111	103.865	9,9%	111.551	2,3%
Carteira de Crédito Total	227.482	211.959	7,3%	222.071	2,4%
Outras operações com riscos de crédito ³	52.330	44.005	18,9%	50.720	3,2%
Carteira de Crédito Ampliada	279.812	255.964	9,3%	272.790	2,6%

1. Incluindo financiamento ao consumo, a carteira de veículos PF totalizou R\$ 33.732 MM no 4T13, R\$ 32.765 MM no 4T12 e R\$33.138 MM no 3T13.

2. Inclui compra de carteira de consignado.

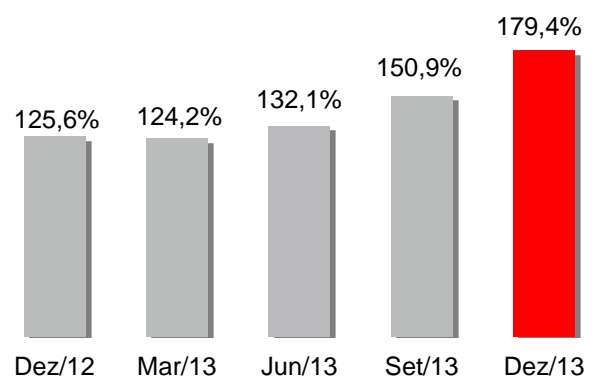
3. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS / COBERTURA

O saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa totalizou R\$ 14.999 milhões em dezembro de 2013, crescimento de 2,8% em doze meses e 0,1% no trimestre.

O índice de cobertura BR GAAP é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias. Ao final de dezembro de 2013, o indicador atingiu 179,4%, aumento de 53,9p.p. em doze meses e 28,6p.p. no trimestre. Cabe destacar que o aumento, em ambos os períodos, decorre, principalmente, de uma redução expressiva no saldo over 90, em razão da melhora observada na qualidade da carteira.

Cobertura (over 90 dias)





CARTEIRA DE RENEGOCIAÇÃO

As operações de crédito renegociadas totalizaram R\$ 14.015 milhões em dezembro de 2013, mostrando um crescimento de 27,5% em doze meses. Nestas operações estão incluídos os contratos de crédito que foram prorrogados e/ou modificados para permitir o seu recebimento em condições acordadas com os clientes, inclusive as renegociações de operações baixadas a prejuízo no passado. No trimestre, o crescimento das renegociações foi de 8,7%.

Em dezembro de 2013, as renegociações estavam cobertas em 50,3% frente aos 51,2% em dezembro de 2012. Estes níveis são considerados adequados às características destas operações.

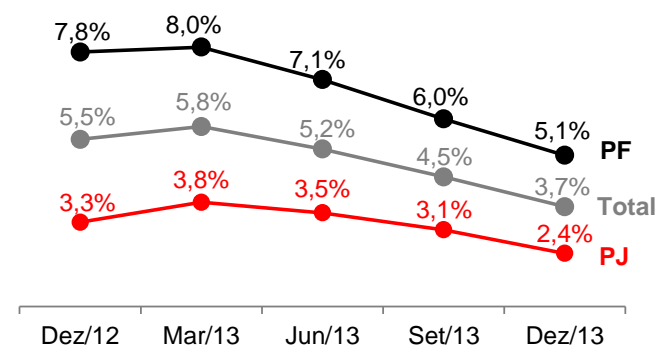
CARTEIRA DE CRÉDITO - RENEGOCIAÇÃO (R\$ Milhões)

	Dez/13	Dez/12	Var. Dez13xDez12	Set/13	Var. Dez13xSet13
Créditos Renegociados	14.015	10.992	27,5%	12.897	8,7%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.050)	(5.633)	25,1%	(6.292)	12,0%
Cobertura	50,3%	51,2%	-0,9 p.p.	48,8%	1,5 p.p.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 90 DIAS)

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,7% do total da carteira de crédito, mostrando redução de 1,8 p.p. em doze meses e 0,8 p.p. quando comparado a setembro de 2013. A redução observada no índice de inadimplência acima de 90 dias reflete a melhora na qualidade da carteira. A inadimplência pessoa física apresentou uma redução de 2,7 p.p. em doze meses e 0,9 p.p. no trimestre, alcançando 5,1%. No segmento de pessoa jurídica, a inadimplência mostrou redução de 0,9 p.p. em doze meses e redução de 0,7 p.p. no trimestre, alcançando 2,4%.

Índice de Inadimplência¹- (Over 90)

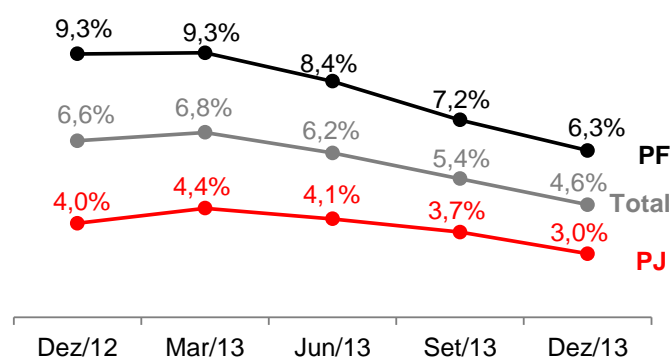


1. Operações vencidas há mais de 90 dias/carteira de crédito em BR GAAP

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 60 DIAS)

O índice de inadimplência acima de 60 dias, atingiu 4,6% em dezembro de 2013, registrando redução de 2,0 p.p. em doze meses e 0,8 p.p. no trimestre. A inadimplência pessoa física atingiu 6,3%, com redução de 3,0 p.p. em doze meses e 0,9 p.p. no trimestre. A inadimplência para pessoa jurídica mostrou redução de 1,0 p.p. em doze meses e 0,7 p.p. no trimestre.

Índice de Inadimplência¹ - (Over 60)



1. Operações vencidas há mais de 60 dias/carteira de crédito em BR GAAP

O índice de inadimplência total de 15-90 dias totalizou 4,7% em dezembro de 2013, com redução de 0,2 p.p. em doze meses, mantendo-se estável no trimestre.



CAPTAÇÃO

O total de captações de clientes somou R\$ 222.067 milhões em dezembro de 2013, com crescimento de 11,5% em doze meses (ou R\$ 22.874 milhões) e 5,9% em três meses. As captações com lastro em debêntures, LCI e LCA, e depósitos de poupança, foram destaques em doze e três meses, respondendo em ambos os períodos por mais de 70% do aumento das captações com clientes.

CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Var.	Set/13	Var.
			Dez13xDez12		Dez13xSet13
Depósitos à vista	15.605	13.457	16,0%	14.420	8,2%
Depósitos de poupança	33.589	26.857	25,1%	31.259	7,5%
Depósitos a Prazo	81.100	82.839	-2,1%	80.999	0,1%
Debêntures/LCI/LCA ¹	60.920	49.548	23,0%	54.295	12,2%
Letras Financeiras	30.854	26.493	16,5%	28.643	7,7%
Captação de Clientes	222.067	199.193	11,5%	209.616	5,9%

1. Operações comprometidas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E CAPTAÇÃO

A relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 102,4% em dezembro de 2013, uma redução de 4,0p.p. em doze meses e 3,5p.p. no trimestre. Esta melhoria reflete o crescimento mais acelerado das captações, nos dois períodos de comparação, em relação à carteira de crédito.

Já a métrica de liquidez ajustada ao impacto dos (altos) compulsórios no Brasil e ao *funding* de médio / longo prazo atingiu 93,5% em dezembro de 2013, mostrando redução de 3,9 p.p. em doze meses e 3,7 p.p. no trimestre.

O banco encontra-se em confortável situação de liquidez, com fontes de captação estáveis e adequada estrutura de *funding*.

CAPTAÇÕES VS. CRÉDITO (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Var.	Set/13	Var.
			Dez13xDez12		Dez13xSet13
Captação de Clientes (A)	222.067	199.193	11,5%	209.616	5,9%
(-) Depósitos Compulsórios	(35.619)	(34.310)	3,8%	(35.437)	0,5%
Captações Líquidas de Depósitos Compulsórios	186.448	164.883	13,1%	174.179	7,0%
Obrigações por Repasses - país	11.838	9.507	24,5%	10.553	12,2%
Dívida subordinada	8.906	11.919	-25,3%	8.690	2,5%
Captações no Exterior	36.083	31.218	15,6%	35.132	2,7%
Total Captações (B)	243.275	217.528	11,8%	228.554	6,4%
Fundos ¹	144.942	134.935	7,4%	144.244	0,5%
Total de Captações e Fundos	388.218	352.463	10,1%	372.798	4,1%
Total Crédito Clientes (C)	227.482	211.959	7,3%	222.071	2,4%
C / B (%)	93,5%	97,4%		97,2%	
C / A (%)	102,4%	106,4%		105,9%	

1. De acordo com o critério ANBIMA.



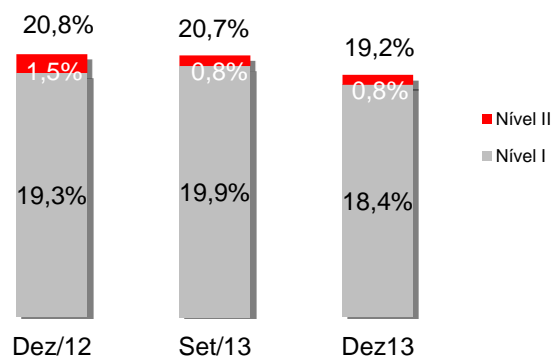
ÍNDICE DE BASILEIA

O índice de Basileia alcançou 19,2% em dezembro de 2013, com redução de 1,6p.p em relação ao mesmo período do ano anterior e 1,5 p.p. em relação a setembro de 2013. A redução observada no índice reflete, principalmente, os impactos da aplicação das novas regras de Basileia III, que se tornaram efetivas a partir de 1º de outubro de 2013.

As novas regras foram divulgadas através das resoluções 4.192 e 4.193 e Circular 3.644 e posteriormente alteradas, respectivamente pelas resoluções 4.278 e 4.281 e Circular 3.679 de Outubro de 2013 estabelecendo o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I e Patrimônio de Referência da Instituição. O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) permanece em 11%, sendo que a exigência de Nível I é de 5,5% e de Capital Principal é de 4,5%.

De acordo com as novas regras de capital regulatório no Brasil, o valor do ágio para o cálculo do patrimônio de referência será deduzido da base de capital de acordo com o “phase-in” de implantação de Basileia III no Brasil.

Índice de Basileia
%



RECURSOS PRÓPRIOS e BIS (R\$ Milhões)¹

	Dez/13	Dez/12	Var. Dez13xDez12	Set/13	Var. Dez13xSet13
Patrimônio de Referência Nível I	63.595	65.213	-2,5%	64.586	-1,5%
<i>Capital Principal</i>	63.595				
Patrimônio de Referência Nível II	2.701	5.070	-46,7%	2.692	0,3%
Patrimônio de Referência Nível I e II	66.296	70.283	-5,7%	67.278	-1,5%
Patrimônio de Referência Exigido	37.936	37.171	2,1%	35.773	6,0%
Parcela de Risco de Crédito	34.200	32.449	5,4%	32.184	6,3%
Parcelas de Risco de Mercado	2.048	2.951	-30,6%	1.900	7,8%
Parcela de Risco Operacional	1.689	1.770	-4,6%	1.689	0,0%
Índice de Basileia	19,2%	20,8%	-1,6 p.p.	20,7%	-1,5 p.p.
Tier I	18,4%	19,3%	-0,9 p.p.	19,9%	-1,5 p.p.
<i>Capital Principal</i>	18,4%				
Tier II	0,8%	1,5%	-0,7 p.p.	0,8%	0,0 p.p.

1) Não considera os eventuais impactos do Plano de Otimização da estrutura de Capital.

Adicionalmente, em setembro anunciamos uma otimização de nossa estrutura de capital visando deixá-la mais eficiente, sem alterar o nível de solvência do Banco. Por meio de uma operação de características pioneiras no mercado brasileiro, substituímos R\$ 6,0 bilhões do patrimônio líquido do Santander Brasil por igual valor de capital complementar Tier 1 e capital Tier 2. Estas alterações têm como principais objetivos: (i) reduzir o custo de capital, (ii) aumentar o retorno sobre o patrimônio para os acionistas mantendo o mesmo nível de solvência do Banco e (iii) flexibilizar a estrutura e capital em termos de moedas e composição. (para maiores informações consultar a página 07 deste informe de resultados).

CARTÕES

O Santander encerra o quarto trimestre de 2013 dando continuidade na sua estratégia de ampliar a atuação no mercado de cartão de crédito, com lançamento de produtos inovadores e vantagens para os clientes.

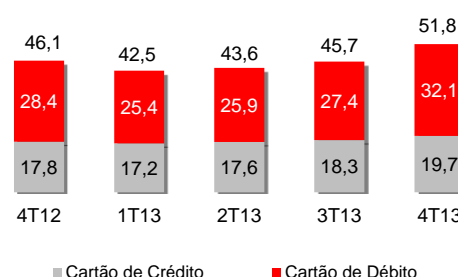
Para ampliar e fortalecer nosso relacionamento com nossos clientes, em 2013 focamos na expansão do Santander Esfera, que oferece diariamente a nossos clientes, promoções e descontos com nossos parceiros selecionados. No mês de novembro iniciamos uma parceria com o aplicativo Easy Taxi e incluímos a companhia aérea Azul no catálogo do SuperBônus.

Seguimos atuando junto a nossos clientes correntistas e não correntistas com ofertas de produtos diferenciadas, desenvolvidas para suas diferentes necessidades. Com isso ampliamos nossa base de clientes, buscando um maior relacionamento e interação no planejamento financeiro de nossos clientes.

FATURAMENTO

O faturamento de crédito no 4T13 foi de R\$ 19,7 bilhões, representando um incremento de 11,1% em doze meses e 7,8% no trimestre. O faturamento débito atingiu R\$ 32,1 bilhões, alta de 13,3% em doze meses e 17,0% no trimestre.

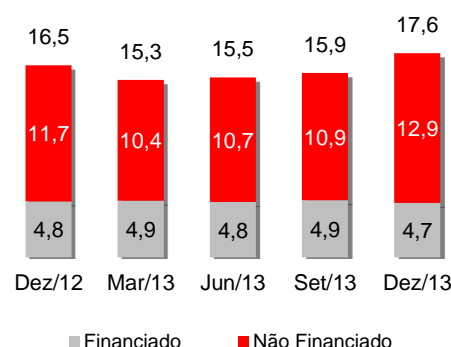
Faturamento Crédito e Débito
R\$ bilhões



CARTEIRA DE CRÉDITO DE CARTÕES

A carteira total de cartões atingiu R\$ 17,6 bilhões em dezembro de 2013, incremento de 6,3% em relação à igual período do ano anterior e 10,8% no trimestre. A carteira financiada totalizou R\$ 4,7 bilhões, apresentando queda de 2,6% em doze meses e 4,7% no trimestre.

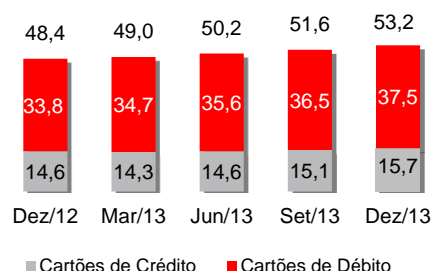
Composição da Carteira de Cartões
R\$ bilhões



BASE DE CARTÕES

A base de cartões de crédito cresceu 7,6% em doze meses e 4,1% no trimestre, atingindo 15,7 milhões de cartões. Os cartões de débito somaram 37,5 milhões no 4T13, com crescimento de 11,1% em doze meses e 2,9% em relação a setembro de 2013.

Base de Cartões
em milhões





GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Santander segue as recomendações do Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e tem suas ações e *Units* listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&F Bovespa), que contempla um criterioso conjunto de regras e práticas de governança complementares à legislação vigente.

COMPOSIÇÃO SIMPLIFICADA DA BASE ACIONÁRIA

Composição acionária do Santander em 31 de dezembro de 2013:

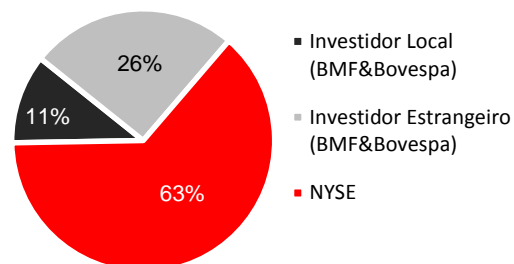
ESTRUTURA ACIONÁRIA	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total das Ações (Mil)	Total %
	(Mil)	% ON	(Mil)	% PN		
Grupo Santander ¹	161.162.226	75,7%	137.716.365	74,0%	298.878.592	74,9%
Ações em Tesouraria	1.021.459	0,5%	928.599	0,5%	1.950.058	0,5%
Free Float	50.658.046	23,8%	47.557.421	25,5%	98.215.467	24,6%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

1) Considera a participação das empresas: Grupo Empresarial Santander S.L., Sterrebeeck B.V. e Santander Insurance Holding, S.L., além das ações de propriedade de Administradores.

O Santander Brasil destacou no acumulado até dezembro de 2013 R\$ 2.400 milhões, sendo R\$ 300 milhões de juros sobre capital próprio e R\$ 2.100 milhões em dividendos. O pagamento, relativo aos destaques efetuados no primeiro semestre, ocorreu em 29 de agosto de 2013. Como os pagamentos são semestrais, o próximo ocorrerá a partir de 26 de fevereiro de 2014.

É importante destacar que no dia 29 de janeiro de 2014 foi restituído aos acionistas, o montante de R\$ 6.000 milhões, como parte do processo de otimização de capital, informado ao mercado em 26 de setembro de 2013. Para mais detalhes consultar a página 07.

Free Float
Dez/13



DESEMPENHO DAS AÇÕES

SANB11	2013	2012	Var. 2013x2012	4T13	3T13	Var. 4T13x3T13
Lucro Líquido (anualizado) por ação ¹ (R\$)	1,51	1,67	-9,7%	1,48	1,48	0,2%
Dividendos+JCP (semestre) por ação (R\$)	0,63	0,70	-10,1%	0,26	0,12	122,2%
Preço de Fechamento (R\$)	14,0	15,0	-6,6%	14,0	14,9	-6,4%
Valor Patrimonial por ação (R\$) ²	14,1	13,3	5,8%	14,1	14,1	0,0%
Valor de Mercado (R\$ bi)³	53,1	56,9	-6,6%	53,1	56,8	-6,4%

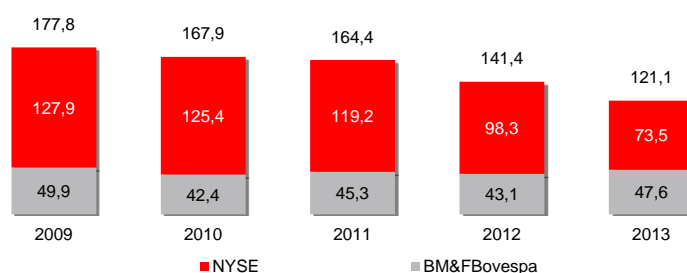
1-Cálculo não leva em consideração o fato de que os dividendos atribuídos às ações preferenciais são 10% superiores ao montante atribuído às ações ordinárias.

2-Preço de fechamento refere-se ao valor histórico

3-Valor patrimonial exclui o ágio e já contempla o impacto retroativo de 2012, referente a Deliberação CVM 695, cujos detalhes poderão ser obtidos na página 33.

4-Valor de Mercado: total de ações (ON + PN)/105 (Unit = 50 PN + 55 ON) x preço de fechamento da Unit. Exclui o total de ações recompradas.

Volume Médio Diário de Ações Negociadas¹
R\$ milhões



1. Para 2009, a amostra inicia no dia 06 de novembro de 2009, data final do período de estabilização após a oferta de ações.



AGÊNCIAS DE RATING

O Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB (estável)	F2	BBB (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (negativo)	A-2	BBB (negativo)	A-2	brAAA (negativo)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa2 (estável)	Prime-2	Baa2 (estável)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating: Fitch Ratings (28 de Maio de 2013); Standard & Poor's (07 de Junho de 2013) e Moody's (03 de Outubro de 2013).



GESTÃO DE RISCOS

GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e visão cliente. Cada comitê possui determinados poderes e níveis de aprovação, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. As decisões são colegiadas e definidas através dos comitês de crédito, o que garante o contraste de opiniões. Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos e a predisposição e o nível de tolerância ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Aprovar proposta, operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo);
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, e alinhadas com as políticas do Banco Santander Espanha; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das demais áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limite, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito e mercado. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares (estandarizados).

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

RISCOS OPERACIONAIS, CONTROLES INTERNOS, LEI SARBANES-OXLEY E AUDITORIA INTERNA

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos



operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando na responsabilidade contínua com a melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, os quais visam assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2013 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão. Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do ano 2013, conforme seu plano anual. O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014. Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento,

priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do ano de 2013, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas no plano de trabalho para 2013, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

O gerenciamento de risco socioambiental para o segmento de atacado é realizado através de um sistema de gestão dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 1 milhão, que considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química, monitora as práticas ambientais dos nossos clientes pessoa jurídica. A equipe de análise financeira estuda o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Atacado.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação. Existem também procedimentos para monitoramento da conformidade das práticas dos fornecedores com os princípios do Pacto Global, que são realizados por consultorias externas conduzidas pela Matriz do Grupo.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pelo quarto ano consecutivo, integramos a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa. Essa carteira é composta por 51 ações de 40 empresas. Ao participar do processo do ISE, que avalia as práticas sociais, ambientais, econômicas e de governança das empresas, o Santander reafirma seu compromisso com a sustentabilidade.

Outro índice que integramos foi o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU concebido em parceria com a empresa de pesquisa Sustainalytics.

No âmbito dos reconhecimentos, o Prêmio Eco 2013, organizado pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), elegeu o Santander Universidades como destaque na categoria “Sustentabilidade em Produtos ou Serviços”. Também fomos apontados como “empresa modelo” pelo Guia Exame de Sustentabilidade, que reúne um total de 61 empresas com bons exemplos de ações na área socioambiental.

Ademais, em linha com as ações voltadas à inclusão financeira, inauguramos o Posto de Atendimento Bancário em Paraisópolis, uma das maiores comunidades de São Paulo que, além de disponibilizar terminais de autoatendimento, terá uma equipe focada no atendimento de microempreendedores da região.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 23 de outubro de 2013, foi conhecida pelos Conselheiros da Companhia a saída do Sr. Luis Felix Cardamone Neto, o qual exercia a função de Diretor Vice-Presidente Executivo, sendo responsável por Negócios Imobiliários, Financeira, Empréstimo Consignado, Seguros e Capitalização.

No dia 27 de novembro de 2013, em reunião realizada pelo Conselho de Administração, foi ratificada a nomeação da Ouvidora da Companhia, Sra. Maria Lúcia Ettore do Vale, em substituição ao Sr. Miguel de Souza Lopes, bem como foi aprovado o Calendário Anual da Companhia para 2014.

Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Orçamento Anual da Companhia para o exercício de 2014; bem como os honorários dos Auditores Independentes relativos ao exercício de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de dezembro de 2013, foi eleito como Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia o Sr. Juan Sebastián Moreno Blanco, o qual ficará responsável pela Vice-Presidência Comercial do Banco, cuja posse está sujeita às aprovações do Banco Central do Brasil, bem como à obtenção do visto permanente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.


BALANÇO PATRIMONIAL

Os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 33 deste documento.

ATIVO (R\$ Milhões)	Dez/13	Set/13	Jun/13	Mar/13	Dez/12
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	465.777	444.978	446.974	426.550	426.016
Disponibilidades	5.486	5.906	4.534	5.256	4.742
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.655	44.776	44.342	47.250	36.771
Aplicações no Mercado Aberto	32.457	32.367	28.696	32.458	21.354
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.480	2.638	3.885	3.950	4.616
Aplicações em Moedas Estrangeiras	12.718	9.770	11.761	10.843	10.801
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	78.146	71.610	77.534	71.830	76.832
Carteira Própria	35.923	38.776	34.710	36.541	37.869
Vinculados a Compromissos de Recompra	20.962	13.578	20.994	16.533	20.225
Vinculados ao Banco Central	4.603	3.189	2.661	1.274	1.487
Vinculados à Prestação de Garantias	9.394	9.744	12.648	13.315	12.417
Outros	7.264	6.322	6.522	4.167	4.834
Relações Interfinanceiras	35.833	38.298	34.317	34.004	34.517
Créditos Vinculados:	35.787	35.605	32.731	32.392	34.479
-Depósitos no Banco Central	35.619	35.437	32.563	32.222	34.310
-SFH - Sistema Financeiro da Habitação	168	168	168	169	169
Outros	46	2.693	1.587	1.612	38
Relações Interdependências	1	1	1	1	2
Carteira de Crédito	212.508	207.112	203.059	196.434	197.370
Carteira de Crédito	227.482	222.071	218.053	211.703	211.959
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	25 (14.999)	31 (14.990)	38 (15.033)	47 (15.317)	- (14.589)
Outros Créditos	84.339	75.500	81.408	70.154	74.166
Carteira de Câmbio	43.522	35.577	42.283	31.583	36.199
Créditos Tributários	19.960	19.287	19.136	18.936	18.550
Outros	20.858	20.636	19.988	19.635	19.417
Outros Valores e Bens	1.809	1.775	1.779	1.621	1.617
Permanente	20.088	20.430	21.076	22.051	22.860
Investimentos Temporários	137	122	115	45	40
Imobilizado de Uso	6.807	6.125	5.886	5.752	5.602
Intangível	13.144	14.183	15.076	16.254	17.218
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.245	26.245	26.240	26.241	26.172
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.062 (20.162)	7.109 (19.171)	6.978 (18.142)	7.099 (17.086)	7.117 (16.072)
Total do Ativo	485.866	465.408	468.050	448.601	448.876



PASSIVO (R\$ Milhões)	Dez/13	Set/13	Jun/13	Mar/13	Dez/12
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	421.751	400.424	402.912	384.184	384.373
Depósitos	134.213	130.433	126.147	122.776	126.545
Depósitos à Vista	15.605	14.420	13.385	12.717	13.457
Depósitos de Poupança	33.589	31.259	29.293	27.915	26.857
Depósitos Interfinanceiros	3.920	3.755	3.604	3.474	3.392
Depósitos a Prazo	81.100	80.999	79.865	78.669	82.839
Captações no Mercado Aberto	78.462	77.794	78.871	79.663	72.529
Carteira Própria	61.711	54.905	58.201	55.742	56.655
Carteira de Terceiros	8.972	12.450	9.756	14.195	7.344
Carteira de Livre Movimentação	7.779	10.440	10.914	9.726	8.530
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	69.061	63.758	64.956	58.498	56.294
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	49.615	44.668	44.813	40.115	39.742
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	18.170	17.741	18.813	17.127	15.298
Outras	1.276	1.349	1.329	1.257	1.253
Relações Interfinanceiras	64	2.428	1.414	1.710	19
Relações Interdependências	2.771	1.344	984	1.261	2.002
Obrigações por Empréstimos	17.975	17.460	16.976	16.024	16.001
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	11.757	10.465	9.559	9.737	9.385
BNDES	5.848	5.223	4.846	5.417	5.190
FINAME	5.723	5.068	4.543	4.117	3.940
Outras Instituições	185	173	170	203	255
Obrigações por Repasses do Exterior	19	19	29	27	41
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.865	5.505	5.713	4.132	5.205
Outras Obrigações	101.563	91.218	98.262	90.355	96.353
Carteira de Câmbio	43.434	35.248	42.212	31.948	36.399
Fiscais e Previdenciárias	15.282	17.006	16.643	17.356	16.832
Dívidas Subordinadas	8.906	8.690	9.046	11.407	11.919
Outros	33.942	30.274	30.362	29.644	31.204
Resultados de Exercícios Futuros	308	298	252	275	222
Participação dos Acionistas Minoritários	987	947	924	912	829
Patrimônio Líquido	62.819	63.740	63.963	63.230	63.452
Total do Passivo	485.866	465.408	468.050	448.601	448.876


RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL ¹ (R\$ Milhões)	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	1T12
Margem Financeira Bruta	7.211	7.521	7.438	7.658	7.813	8.111	8.379	8.077
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.449)	(2.698)	(3.202)	(3.371)	(3.096)	(3.228)	(3.808)	(3.091)
Margem Financeira Líquida	4.762	4.822	4.236	4.287	4.717	4.883	4.571	4.986
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.847	2.614	2.628	2.586	2.522	2.441	2.295	2.422
Despesas Gerais	(4.313)	(4.101)	(3.992)	(3.891)	(4.132)	(4.013)	(3.832)	(3.865)
Despesas de Pessoal+PLR	(1.947)	(1.807)	(1.735)	(1.753)	(1.850)	(1.835)	(1.784)	(1.829)
Outras Despesas Administrativas ²	(2.367)	(2.294)	(2.257)	(2.138)	(2.282)	(2.178)	(2.048)	(2.036)
Despesas Tributárias	(785)	(812)	(776)	(750)	(786)	(778)	(771)	(803)
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	(2)	17	5	0	(0)	0	0	0
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(829)	(945)	(616)	(718)	(702)	(859)	(752)	(830)
Resultado Operacional	1.679	1.595	1.485	1.513	1.618	1.675	1.513	1.911
Resultado não operacional	28	10	112	87	36	(2)	(8)	43
Resultado antes de Impostos	1.707	1.605	1.597	1.600	1.654	1.673	1.505	1.954
Imposto de Renda e Contribuição Social	(236)	(151)	(93)	(38)	(6)	(128)	(14)	(148)
Participações dos Acionistas Minoritários	(62)	(48)	(94)	(43)	(41)	(36)	(18)	(31)
Lucro Líquido do Período	1.409	1.407	1.410	1.519	1.607	1.509	1.473	1.774

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 31 e 32. Adicionalmente, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 33 deste documento.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

De acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial nas linhas de impostos.

HEDGE FISCAL (R\$ Milhões)	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	1T12
Margem Financeira	(725)	(228)	(1.703)	288	(140)	(95)	(1.511)	309
Despesas tributárias	57	9	174	(42)	3	(2)	152	(43)
Imposto e Renda	668	218	1.529	(247)	137	98	1.359	(267)



EVENTOS NÃO RECORRENTES NO 4º TRIMESTRE DE 2013

Conforme mencionamos na página 08, no quarto trimestre de 2013 tivemos eventos não recorrentes, que geraram uma receita de R\$ 1.508 milhões, depois de impostos, que foram compensadas integralmente por despesas não recorrentes, no mesmo montante, sem impacto no lucro líquido. Para melhor compreensão e análise dos resultados no período, apresentamos a seguir o resultado contábil com a exclusão destes eventos:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	4T13	Receitas		Despesas			Total	4T13
	Contábil	Asset Management (A)	Outras Receitas (B)	Fundo de Produtividade (C)	Ajuste na valoração de ativos (D)	Outras Despesas (E)	Itens não recorrentes	Resultado, sem eventos não recorrentes
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	7.146	-	-	-	(218)	-	(218)	7.364
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.419)	-	-	-	-	(92)	(92)	(3.327)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	3.727	-	-	-	(218)	(92)	(310)	4.037
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.847	-	-	-	-	-	-	2.847
Despesas Gerais	(5.073)	-	-	-	-	(108)	(108)	(4.965)
Despesas de Pessoal	(1.689)	-	-	-	-	-	-	(1.689)
Outras Despesas Administrativas	(3.384)	-	-	-	-	(108)	(108)	(3.276)
Despesas Tributárias	(791)	-	(63)	-	-	-	(63)	(728)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.368)	-	568	-	(254)	(853)	(539)	(829)
RESULTADO OPERACIONAL	(661)	-	505	-	(472)	(1.053)	(1.020)	359
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.048	2.008	-	(988)	-	-	1.020	28
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	387	2.008	505	(988)	(472)	(1.053)	-	387
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	432	(803)	(202)	395	189	421	-	432
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(257)	-	-	-	-	-	-	(257)
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(62)	-	-	-	-	-	-	(62)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	500	1.205	303	(593)	(283)	(632)	-	500

- (A) Asset Management: referente ao ganho na venda da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. (para maiores detalhes consultar a página 7).
- (B) Outras Receitas: referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Refis).
- (C) Fundo de Produtividade: constituído para cobrir os impactos dos projetos que visam melhorar a produtividade operacional e melhoria de eficiência.
- (D) Ajuste na valoração de ativos: corresponde a redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários (classificados na categoria disponível para venda) no montante de R\$ 218 milhões. Adicionalmente, reconhecemos a redução ao valor recuperável de ativos logiciais, no valor de R\$ 254 milhões, em função de obsolescência e descontinuidade de sistemas.
- (E) Outras Despesas: No quarto trimestre de 2013 incorremos em R\$ 108 milhões de gastos não recorrentes, R\$ 92 milhões de provisão adicional de crédito e constituímos, no mesmo período, R\$ 853 milhões de provisões diversas.



RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL E O RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em BR GAAP, a seguir apresentamos a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado gerencial. Cumpre esclarecer que estes ajustes, com exceção da amortização do ágio, não têm efeito sobre o lucro líquido. Todas as informações, indicadores e comentários relativos à Demonstração de Resultados neste relatório consideram o Resultado Gerencial, exceto quando citado. Os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 33 deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	2013	Reclassificações				Total	2013
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Itens não recorrentes ⁴	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	29.749	(2.367)	2.507			(218)	29.827
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.319)		(2.507)			(92)	(11.720)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	15.430	(2.367)	-		-	(310)	18.107
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	10.674					-	10.674
Despesas Gerais	(19.084)	-	-	(3.637)	958	(108)	(16.297)
Despesas de Pessoal	(6.283)				958	-	(7.241)
Outras Despesas Administrativas	(12.801)			(3.637)		(108)	(9.055)
Despesas Tributárias	(2.988)	199				(63)	(3.124)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	20					-	20
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.648)					(539)	(3.109)
RESULTADO OPERACIONAL	405	(2.169)	-	(3.637)	958	(1.020)	6.272
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.258					1.020	238
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.662	(2.169)	-	(3.637)	958	-	6.510
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.651	2.169				-	(518)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(958)				(958)	-	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(248)					-	(248)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.107	(0)	-	(3.637)	-	-	5.744

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	2012	Reclassificações				Outros ⁵	2012
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro		Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	32.563	(1.437)	1.769			(148)	32.380
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.991)		(1.769)				(13.223)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	17.572	(1.437)	-		-	(148)	19.158
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	9.680						9.680
Despesas Gerais	(18.499)	-	-	(3.637)	980		(15.842)
Despesas de Pessoal	(6.318)				980		(7.299)
Outras Despesas Administrativas	(12.181)			(3.637)			(8.544)
Despesas Tributárias	(3.028)	110					(3.138)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	1						1
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.143)						(3.143)
RESULTADO OPERACIONAL	2.584	(1.327)	-	(3.637)	980	(148)	6.716
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	218					148	70
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	2.802	(1.327)	-	(3.637)	980		6.786
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.031	1.327					(296)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(980)				(980)		-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(126)						(126)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.726	(0)	-	(3.637)	-		6.363



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	4T13		Reclassificações			Total	4T13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Itens não recorrentes ⁴	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	7.146	(725)	878			(218)	7.211
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.419)		(878)			(92)	(2.449)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	3.727	(725)	-		-	(310)	4.762
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.847					-	2.847
Despesas Gerais	(5.073)	-	-	(909)	257	(108)	(4.313)
Despesas de Pessoal	(1.689)				257	-	(1.947)
Outras Despesas Administrativas	(3.384)			(909)		(108)	(2.367)
Despesas Tributárias	(791)	57				(63)	(785)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	(2)					-	(2)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.368)					(539)	(829)
RESULTADO OPERACIONAL	(661)	(668)	-	(909)	257	(1.020)	1.679
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.048					1.020	28
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	387	(668)	-	(909)	257	-	1.707
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	432	668				-	(236)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(257)				(257)	-	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(62)					-	(62)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	500	(0)	-	(909)		-	1.409

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	3T13		Reclassificações			Total	3T13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Itens não recorrentes	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	8.129	(228)	836				7.521
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.534)		(836)				(2.698)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	4.595	(228)	-		-	-	4.822
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.614						2.614
Despesas Gerais	(4.783)	-	-	(909)	227		(4.101)
Despesas de Pessoal	(1.580)				227		(1.807)
Outras Despesas Administrativas	(3.203)			(909)			(2.294)
Despesas Tributárias	(803)	9					(812)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	17						17
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(945)					-	(945)
RESULTADO OPERACIONAL	695	(218)	-	(909)	227	-	1.595
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10					-	10
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	705	(218)	-	(909)	227	-	1.605
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67	218					(151)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(227)				(227)		-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(48)						(48)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	497	-	-	(909)		-	1.407

1. **Hedge Fiscal:** de acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos.

2. **Recuperação de Crédito:** Reclassificada da linha de receita de operações de crédito para provisões de crédito.

3. **Amortização de Ágio:** Reversão das despesas com amortização de ágio.

4. **Itens não recorrentes:** Para maiores detalhes consultar a página 30 deste informe de resultados.

5. **Outros:** O Banco Santander registrou ganho de equivalência patrimonial - R\$ 148,5 milhões - referente à empresa controlada que detém investimentos de natureza temporária (private equity) e negócios relacionados aos serviços complementares aos serviços bancários.


DELIBERAÇÃO CVM 695

Em 13 de dezembro de 2012 a CVM aprovou, por meio da deliberação CVM 695, o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados, principalmente planos de pensão, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais IAS 19. Este pronunciamento entrou em vigor em janeiro de 2013, com efeito retroativo para 2012, a fim de assegurar maior comparabilidade. Esta seção destaca os principais impactos dessa nova prática contábil no balanço e nas contas de resultados no acumulado até setembro de 2012.

Do ponto de vista do balanço os déficits não provisionados, de planos de pensão e planos de saúde patrocinados pelo banco, foram reconhecidos integralmente como um passivo contra o patrimônio líquido, líquido de impostos. A tabela abaixo mostra o impacto em cada conta do balanço:

ATIVO (R\$ Milhões)	2012	4T12	3T12	2T12	1T12
Outros Créditos	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523
Créditos Tributários	1.615	1.615	1.615	1.615	1.615
Ativos Atuariais	(92)	(92)	(92)	(92)	(92)
Total do Ativo	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523

PASSIVO (R\$ Milhões)	2012	4T12	3T12	2T12	1T12
Outras Obrigações	3.953	3.953	3.953	3.953	3.953
Diversos	3.953	3.953	3.953	3.953	3.953
Participação dos Acionistas Minoritários	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)
Patrimônio Líquido	(2.418)	(2.418)	(2.418)	(2.418)	(2.418)
Total do Passivo	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523

Com relação à Demonstração de Resultados, esta nova prática impactou positivamente o Lucro antes de Impostos e o Lucro Líquido do acumulado de 2012 em R\$ 56,6 milhões e R\$ 33,9 milhões, respectivamente. O impacto trimestral é um quarto do impacto anual. A tabela abaixo mostra o impacto em cada conta da Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ Milhões)	2012	4T12	3T12	2T12	1T12
Despesas Gerais	(21,7)	(5,4)	(5,4)	(5,4)	(5,4)
Despesas de Pessoal	(21,7)	(5,4)	(5,4)	(5,4)	(5,4)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	78,3	19,6	19,6	19,6	19,6
Outras Despesas Operacionais	78,3	19,6	19,6	19,6	19,6
Resultado antes de Impostos	56,6	14,1	14,1	14,1	14,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22,6)	(5,7)	(5,7)	(5,7)	(5,7)
Ativo Fiscal Diferido	(22,6)	(5,7)	(5,7)	(5,7)	(5,7)
Lucro Líquido	33,9	8,5	8,5	8,5	8,5

